

NARRATIVAS DE UM TEXTO TEÓRICO- CRÍTICO SOBRE A EDUCAÇÃO DO SURDO

Edivânia Floro Nicácio/UEPB
vaniauepb@gmail.com

Francyllayans karla S. Fernandes/UEPB
francyllayans@gmail.com

Jéssica Moreira Alves/ UEPB
jeskneves@gmail.com

Rafael dos Santos Firmino/UEPB
Rafinha.bf@hotmail.com

Orientadora: Dr^a Ivonildes da Silva Fonseca

Resumo

Este trabalho é um desdobramento de uma pesquisa bibliográfica desenvolvida durante o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da UEPB/CH. Esta pesquisa buscou analisar a Língua Brasileira de Sinais como L1 na educação de surdos e a Língua Portuguesa L2 como segunda língua para a comunidade surda, pois o ensino da língua Portuguesa ainda é uma questão preocupante no contexto da educação de surdos, visto que o reconhecimento da importância da Libras no ensino voltado para os alunos surdos ainda é deixado de lado. Percebemos que há uma necessidade maior de reflexão no sentido de evidenciar a sua relevância. Para tanto, nos apoiaremos do corpus teórico dos autores que discutem sobre os Estudos Culturais, Estudos Surdos e Educação, como por exemplo, Perlin (2011), Thoma (2011) e Skliar, (2013), em uma pesquisa de cunho bibliográfica e analítica. Como procedimentos metodológicos partiremos da análise de como as informações sobre a língua brasileira de sinais e a língua portuguesa chegam à extremidade alvo que são os estudantes surdos/as, tendo em vista que são produzidas em outro extremo pela maioria de professores ouvintes. Entendemos que esta discussão é extremamente relevante para que possamos lançar um olhar crítico sobre a educação de surdos, além de contribuir com a quebra de estereótipos negativos para com os sujeitos surdos, corroborando para a valorização do mesmo na sua totalidade, englobando os aspectos sociais, culturais, educacionais, linguísticos, econômicos em uma sociedade plural e multifacetada.

Palavras- chaves: Educação, Libras, Surdos, Língua Portuguesa

Abstract

This study is part of a literature developed during the course of Licenciature in Pedagogy UEPB/CH. This research sought to analyze the Brazilian Sign Language and deaf education in L1 and L2 Portuguese language as a second language for the deaf community, for the teaching of the Portuguese language is also an issue of concern in the context of deaf education, given that recognition the importance in teaching for deaf students is still left out. We realize that there is a greater need for reflection in order to emphasize its importance. To do so, we will support in the theoretical corpus of authors who discuss Cultural Studies, Studies and Deaf Education, for example, Lulkin (2011), Perlin (2011), Thomas (2011) and Skliar, (2013), in a survey bibliographical and analytical nature. The methodological procedures start from the analysis of how information about the Brazilian Sign Language and Portuguese reach the target end who are deaf / the students in order that they are produced in other extreme by most listeners teachers. We understand that this discussion is extremely important for us to take a critical look at the education of the deaf, as well as contributing to the break negative stereotypes with deaf subjects, corroborating the appreciation of it in its entirety, encompassing social, cultural, educational, linguistic, economic and multifaceted in a plural society.

Key words: Education, Deaf, Portuguese Language.

Introdução

O presente texto chama atenção para o ensino da Língua Brasileira de Sinais como L1 na educação de surdos e o ensino da Língua Portuguesa L2 como segunda língua para a comunidade surda. Sendo assim, o enfoque desta pesquisa objetivou analisar como a língua brasileira de sinais e a língua portuguesa têm sido integrada na escola pública para estudantes surdos/as e ouvintes incluídos no mesmo espaço educacional.

Sendo assim partiremos da análise de como as informações sobre a língua brasileira de sinais e a língua portuguesa chegam à extremidade alvo que são os surdos/as, tendo em vista que são produzidas em outro extremo pela maioria de professores ouvintes. Nesta perspectiva nos apoiaremos no corpus teórico dos autores Lulkin (2011), Perlin (2011), Thoma (2011) e Skliar, (2013), os quais discutem sobre os Estudos Culturais, Estudos Surdos e Educação. Consideramos esta discussão extremamente pertinente tanto para a comunidade acadêmica surda quanto para a

sociedade em geral, desta forma este trabalho faz emergir as várias indagações sobre a educação de surdos numa perspectiva bilíngue, apresentando a L1 como a língua nativa e da língua portuguesa como L2 para os mesmos.

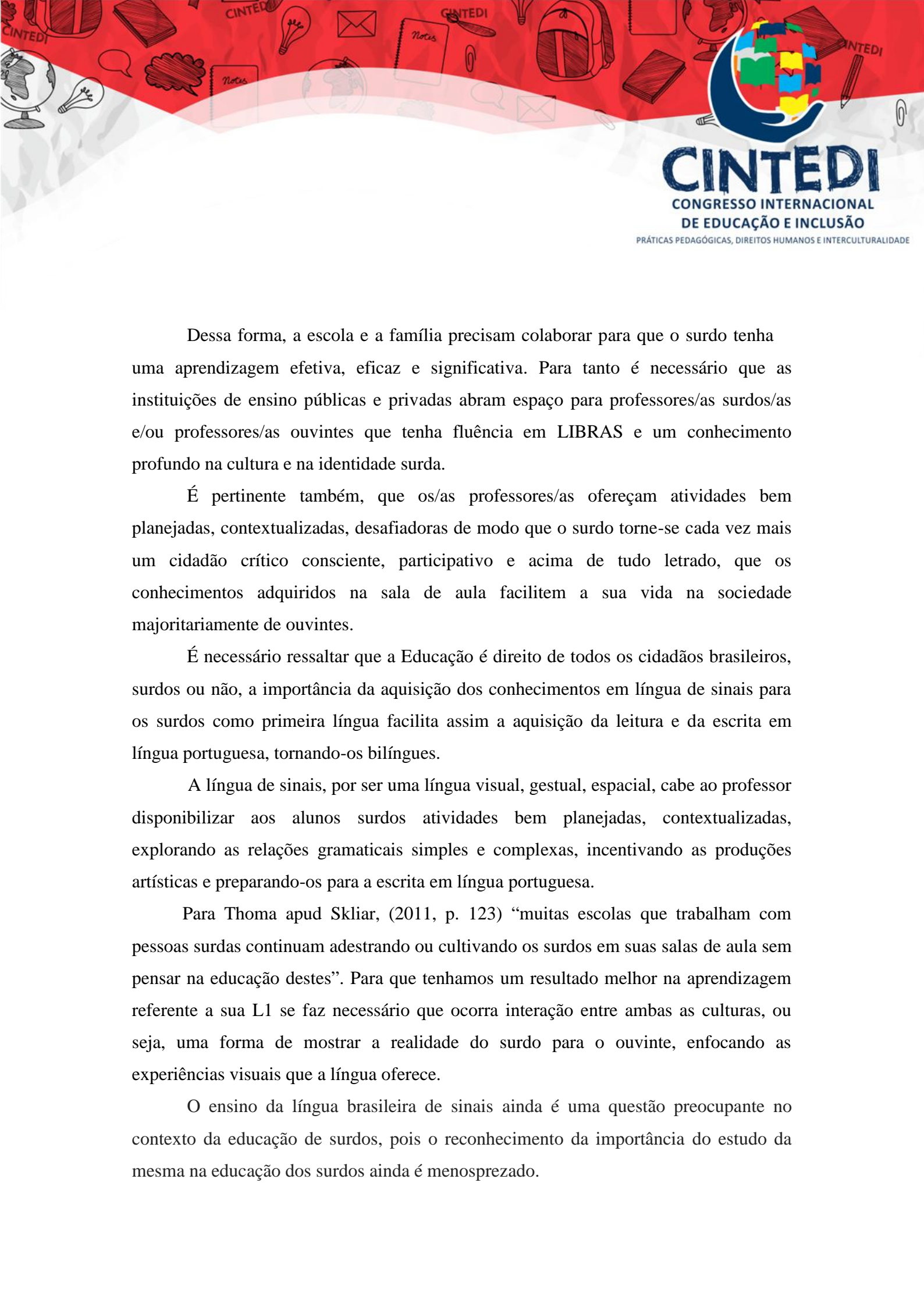
Bem sabemos que a Língua Brasileira de Sinais é reconhecida pela Lei nº 10.436/2007 como sendo a língua oficial da comunidade surda brasileira e é de fundamental importância para que haja a comunicação efetiva entre surdos e ouvintes, como também para que a comunidade surda promova a sua cultura, sua identidade, sua literatura etc.

Com a regulamentação da Lei de LIBRAS pelo Decreto 5.626 de 2005 que além de prever a preservação e a disseminação da LIBRAS, estipulando um prazo de 10 anos para que haja ensino de LIBRAS em todos os cursos de formação de educadores, criação de cursos para formar educadores bilíngues para atuarem na Educação Básica, curso de Letras Libras para formar professores, cursos de tradução e interpretação para formar tradutores e intérpretes. Percebemos que essas medidas visam transformar o quadro de exclusão social, oportunizando ao surdo melhorias na sua qualidade de vida.

Sem o conhecimento da LIBRAS a comunicação do surdo fica comprometida e limitada, os sinais muitas vezes são conhecidos superficialmente ou apenas monopolizado pelos familiares e vizinhos, impossibilitando a comunicação entre surdos e ouvintes.

A autora Gladis Perlin apud Skliar, (2011, p. 68), afirma que,

Na família, a desinformação sobre o surdo é total e geralmente predomina a opinião do médico, e as clínicas de fonoaudiologia reproduzem uma ideologia contra a diferença. Esse são todos mecanismos de poder construídos pelos ouvintes sob representações clínicas da surdez. O mito de que a norma para os seres humanos consiste em falar e ouvir leva-o olhar para o surdo e dizer que ele é um selvagem. O pressuposto normalmente aceito é a normalização do corpo. E essa normalização do corpo evoca o sofrimento do surdo e está registrado na história.



Dessa forma, a escola e a família precisam colaborar para que o surdo tenha uma aprendizagem efetiva, eficaz e significativa. Para tanto é necessário que as instituições de ensino públicas e privadas abram espaço para professores/as surdos/as e/ou professores/as ouvintes que tenha fluência em LIBRAS e um conhecimento profundo na cultura e na identidade surda.

É pertinente também, que os/as professores/as ofereçam atividades bem planejadas, contextualizadas, desafiadoras de modo que o surdo torne-se cada vez mais um cidadão crítico consciente, participativo e acima de tudo letrado, que os conhecimentos adquiridos na sala de aula facilitem a sua vida na sociedade majoritariamente de ouvintes.

É necessário ressaltar que a Educação é direito de todos os cidadãos brasileiros, surdos ou não, a importância da aquisição dos conhecimentos em língua de sinais para os surdos como primeira língua facilita assim a aquisição da leitura e da escrita em língua portuguesa, tornando-os bilíngues.

A língua de sinais, por ser uma língua visual, gestual, espacial, cabe ao professor disponibilizar aos alunos surdos atividades bem planejadas, contextualizadas, explorando as relações gramaticais simples e complexas, incentivando as produções artísticas e preparando-os para a escrita em língua portuguesa.

Para Thoma apud Skliar, (2011, p. 123) “muitas escolas que trabalham com pessoas surdas continuam adestrando ou cultivando os surdos em suas salas de aula sem pensar na educação destes”. Para que tenhamos um resultado melhor na aprendizagem referente a sua L1 se faz necessário que ocorra interação entre ambas as culturas, ou seja, uma forma de mostrar a realidade do surdo para o ouvinte, enfocando as experiências visuais que a língua oferece.

O ensino da língua brasileira de sinais ainda é uma questão preocupante no contexto da educação de surdos, pois o reconhecimento da importância do estudo da mesma na educação dos surdos ainda é menosprezado.

De acordo com o Relatório do Grupo de Trabalho, designado pelas Portarias nº1. 060/2013 e nº91/2013, contém subsídios para a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa,

[...] a política linguística instaurada por meio do Decreto 5.626/2005 ao regulamentar a Lei 10.436/2002 tem como consequência um planejamento linguístico de status, pois reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua nacional usada pela comunidade surda brasileira e de intervenção, pois desdobra uma série de ações de implantação e implementação da Libras no Brasil.

Na citação supracitada percebemos que há um anúncio à urgência de mudanças na educação, que visa buscar novos métodos de ensino para melhorar o processo de ensino e aprendizagem do surdo.

Metodologia

O ponto central deste artigo científico é discutir a educação de surdos numa perspectiva bilíngue, após dialogarmos com os diferentes autores/as utilizamos como critério para o desdobramento da investigação à análise bibliográfica, selecionamos os matérias necessários de acordo com o objetivo da pesquisa, dessa forma tornou-se possível compreendermos a importância da LIBRAS como L1 e da Língua Portuguesa como L2 para educação de surdos, de maneira a valorizar a educação bilíngue como forma de inclusão/integração destes atores sociais que vivem numa sociedade onde o multiculturalismo se faz presente de maneira latente e explícita.

Mais adiante realizamos um afunilamento no relatório do Grupo de Trabalho, designado pelas Portarias nº1. 060/2013 e nº91/2013, contendo subsídios para a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa enviado ao MEC que ampara a temática supracitada. Ou seja, ao interpretarmos os



dados pertinentes a pesquisa nos possibilitou entender os significados contidos nas mensagens subliminares.

Devemos ter a capacidade de entender situações conflituosas, de distinguir o certo do errado, sempre avaliando com bom senso e clareza as concepções filosóficas equivocadas, que herdamos como doutrinas sociais, pois estas epistemologias dão origem e/ou reproduzem saberes e valores, que regulam condutas e modos de ser e agir, constituem identidades e representações a partir das relações de poder estabelecidas nos meios sociais, educacionais, políticos e econômicos etc.

Precisamos sensibilizar a sociedade no sentido de arrefecer os pré-conceitos que acabam distorcendo a identidade dos surdos no sentido de inferioriza-los, disseminando uma imagem de pessoas incapazes, deixando a margem da sociedade.

Análises dos resultados

Após análise bibliográfica minuciosa, confirmamos que há uma urgência no melhoramento das políticas públicas direcionadas para estes indivíduos surdos que têm características peculiares e estão “incluídos” nas instituições de ensino. Verificamos que existe uma grande lacuna no que concerne ao ensino bilíngue para surdos em todos os níveis e modalidades de ensino. Desta maneira ao nos debruçarmos sobre o relatório do Grupo de Trabalho, designado pelas Portarias nº1. 060/2013 e nº91/2013, contendo subsídios para a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, (2014, p.03-04), percebemos o quanto se torna visível a necessidade de mudanças nos paradigmas educacionais que temos hoje. Neste sentido compreendemos que,

a escolarização dos surdos pede imediata revisão de sua política de base, já que a atual política reforça premissas que já sustentaram outras modalidades de escolarização que fracassaram (as escolas especiais com seriação dupla

interrompida no ensino primário ou fundamental; as escolas de integração com classes de reforço, e agora, como variante do período integracionista são disponibilizadas as escolas inclusivas com AEE etc). Em nenhum desses modelos houve o rompimento com a lógica de que os surdos devem ser surdos em português por dever e em Libras por concessão. É essa a lógica a ser rompida. Desse modo, a escolarização dos surdos não pode estar vinculada à condição auditiva do estudante, embora a ele deva ser garantido, na área da saúde, o acesso à oralização em suas modalidades (próteses interna e externa - implante coclear e AASI) com suporte vinculado ao espaço clínico e suporte pedagógico vinculado ao espaço escolar, [...] Considerando os termos da 24ª Declaração e os direitos garantidos aos surdos a partir da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência supracitada, a FENEIS (2013) caracteriza as escolas bilíngues da seguinte forma, As escolas bilíngues são aquelas onde a língua de instrução é a Libras e a Língua Portuguesa é ensinada como segunda língua, após a aquisição da primeira língua; essas escolas se instalam em espaços arquitetônicos próprios e nelas devem atuar professores bilíngues, sem mediação de intérpretes na relação professor - aluno e sem a utilização do português sinalizado. (p.03-04, 2014).

Interligando a proposta do documento supracitado ao modelo de escola inclusiva que temos hoje, tomamos consciência de que existe um grande espaço vazio nas políticas educacionais ditas inclusivas, contudo não podemos negar que tivemos avanços significativos relacionado à educação de surdos. Porém a mentalidade clínico terapêutica de quem se mantém no topo da pirâmide social ainda provoca grandes entraves para consolidação do que pede o relatório oficial enviado ao MEC. Mais adiante no mesmo relatório (2014, p.06), observamos que,

Historicamente, a Educação de Surdos esteve vinculada à Secretaria de Educação Especial(SEESP), de onde emanaram as políticas públicas para a área, a qual tem como foco o atendimento educacional especializado ao alunado com deficiências. Atualmente, as políticas para a Educação de Surdos encontram-se no âmbito da SECADI – Secretaria de Alfabetização Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, o que é um avanço interessante para a comunidade surda, pois a questão da surdez, definitivamente, não se inscreve na área da Educação Especial, conforme argumentado acima. Os surdos que demandam atendimento especializado são os que têm outros comprometimentos (por exemplo, surdocegos, surdos autistas, surdos com deficiência visual, deficiência intelectual, com síndromes diversas ou com outras singularidades).



Ademais, observamos que as políticas educacionais voltadas para a Educação Especial reúne todas as deficiências em um só lugar, e isso contribui negativamente para o não reconhecimento da identidade surda como especificidade e não como “deficiência”, salvo as exceções aqueles sujeitos que além da surdez têm outro tipo de comprometimento como foi exposto acima.

Sendo assim, o relatório do Grupo de Trabalho, designado pelas Portarias nº1.060/2013 e nº91/2013, contendo subsídios para a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, (2014, p.07) relata que,

Partindo das premissas e argumentações acima expostas, a desvinculação da área da Educação Especial é fundamental para que uma nova arquitetura educacional formal república se consolide na perspectiva da Educação Bilíngue de Surdos. Para tanto, é necessário que seja feita uma reestruturação da organização da SECADI relativa à educação bilíngue de surdos.

As instituições de ensino públicas e/ou privadas devem ter ciência da necessidade de integração dos surdos em todas as instâncias, sejam elas sociais, políticas, educacionais etc, pois não acreditamos em inclusão sem integração, precisamos de ações concretas para efetivar a igualdade de direitos desses indivíduos. Entendemos que para haver a equidade de direitos, se faz jus que sejam cumpridos o que prega a Constituição Federal de 1988 e está por sua vez, esteja de acordo com as carências educacionais da sociedade para que possa garantir ao indivíduo a aquisição do conhecimento de forma plena, concreta e absoluta.

Considerações Finais

A educação dos surdos é uma realidade que está presente entre nós, ela se apresenta como um desejo de reconhecimento da sua cultura. Tal reconhecimento é de importância crucial para as minorias linguísticas que desejam afirmar suas tradições



culturais nativas e recuperar suas histórias que conjuntamente com os índios, os filhos de imigrantes, os habitantes de fronteiras seria imprescindível a criação de uma política linguística nacional visando defender as línguas existentes e impedir sua extinção e favorecer a propagação.

A saída da educação especial do mesmo modo favorece os surdos. Junto aos outros grupos linguísticos eles se sentirão mais integrados e reconhecida a língua, uma vez que na educação especial são considerados deficientes. Paulatinamente eles estão inserindo-se nos meios sociais, culturais, científicos, literários, saindo das salas de aula ditas “normais”, graças ao uso da sua língua materna.

É importante salientar que o ensino da língua brasileira de sinais aos ouvintes deve suceder de forma contextualizada sem sinais soltos, facilitando assim a comunicação tão imprescindível entre surdos e ouvintes. Sabemos das dificuldades enfrentadas pelos surdos para usufruírem dos seus direitos como saúde, educação, lazer, segurança, devido aos obstáculos impostos pela falta de comunicação entre surdos e não- surdos.

É chegada a hora de mudanças efetivas nas políticas educacionais para a educação de surdos, a LIBRAS precisa ser introduzida nas escolas em todos os níveis e modalidades de ensino, oferecendo aos alunos surdos oportunidades de se tornarem bilíngues, minimizando essas barreiras cruéis de comunicação que segrega, humilha e exclui o surdo, deixando-os a margem da sociedade, sem poderem gozar seus direitos nem executar seus deveres.

Referências

RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO, DESIGNADO PELAS PORTARIAS Nº1. 060/2013 E Nº91/2013, CONTENDO SUBSÍDIOS PARA A POLÍTICA LINGUÍSTICA DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE – **Língua Brasileira de Sinais e Língua**

Portuguesa. 2014. Disponível em:
www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=56513 Acesso: 27 de nov. de 2014.

PERLIN, Gládis T.T. Identidades surdas. In Skliar Carlos (org.) **A Surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

SKLIAR, Carlos. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. In: _____. **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2013.

THOMA, A. S. **Surdos:** esse “outro” de que fala a mídia. In Skliar Carlos (org) **A Surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Editora Mediação, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm> Acesso: 27 de nov. de 2014.